

EDITAL Nº 1/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE FORNECEDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, ESTADO DO PARANÁ.

De ordem com do Excelentíssimo Senhor Prefeito, comunicamos que, de conformidade com o disposto nos artigos 34 a 37 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações, o Departamento de Licitações está recebendo os pedidos de inscrição ou renovação do REGISTRO CADASTRAL, da Prefeitura Municipal de Prado Ferreira, para efeito de participação em licitações em especial as modalidades de Tomada de Preços e Concorrência Pública, que venham a ser realizadas por esta Prefeitura.

DA RETIRADA DO EDITAL

O presente edital deverá ser retirado no Departamento de Licitações, da Prefeitura Municipal de Prado Ferreira, localizado na Rua São Paulo nº 191, Centro, ou através do site: www.pradoferreira.pr.gov.br.

DA INSCRIÇÃO

A inscrição será solicitada através do preenchimento do Formulário para Cadastramento de Fornecedores (Anexo I) e protocolado no Departamento de Licitações, onde os fornecedores interessados em receber o Certificado de Registro Cadastral deverão apresentar os seguintes documentos necessários à comprovação da HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA da empresa postulante:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, consistirá em:
 - 1.1.1. registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 1.1.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
 - 1.1.3. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - 1.1.4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - 1.1.5. empresas enquadradas na categoria de ME (Microempresa) ou EPP (Empresa de Pequeno Porte) deverão apresentar certidão simplificada expedida pela Junta Comercial da sede da empresa vigente.

2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 2.1. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, consistirá em:
 - 2.1.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 2.1.2. prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade (Alvará de Licença);
 - 2.1.3. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa;
 - 2.1.4. prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - 2.1.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 3.1. A documentação relativa à qualificação técnica, limitar-se-á:
 - 3.1.1. registro ou inscrição na entidade profissional competente;
 - 3.1.2. prova do atendimento dos requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 4.1. A documentação relativa à idoneidade financeira, consistirá em:
 - 4.1.1. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício financeiro, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizadas por índices oficiais quando encerrado a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 4.1.1.1. as pessoas jurídicas constituídas a menos de 1 (um) ano, deverão apresentar demonstração contábil que permita a aferição de sua situação patrimonial, econômica e financeira;
 - 4.1.2. certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da apresentação da mesma;
 - 4.1.3. tratando-se de microempresa e empresa de pequeno porte, estas deverão apresentar declaração de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº123/2006 e suas alterações, conforme modelo no Anexo III.

5. INSCRIÇÃO DE AUTÔNOMOS

- 5.1 cédula de identidade;
- 5.2 prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 5.3 registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- 5.4 certidão negativa de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, com data não superior a 60 (sessenta) dias da apresentação da mesma.

6. OBSERVAÇÕES

- 6.1. Todos os documentos deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.
- 6.2. Caso as documentações não apresentarem datas de vencimento, serão estes considerados válidos por 60 (sessenta) dias após a data da emissão dos mesmos.
- 6.3. Tirante o requerimento, os demais documentos poderão ser apresentados: no original ou por cópia autenticada ou por sua publicação em órgão de imprensa oficial.
- 6.4. Nos Editais de Licitação poderão ser exigidos outros documentos relativos à qualificação técnica e econômico-financeira, conforme previstos nos artigos 30, inciso II e 31, inciso III da Lei nº 8.666/93, bem como a atualização da documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista.

7. DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO

- 7.1. Após o exame da documentação, por parte da Comissão encarregada, cabe ao Presidente da Comissão de Licitações o despacho final e assinatura do documento hábil.
- 7.2. A Comissão Especial poderá conceder prazo para que se proceda à substituição ou complementação dos documentos apresentados, desde que eles não satisfaçam às exigências do Edital.
- 7.3. Após a substituição ou complementação acima referida, a Comissão dará seu parecer final.

8. CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

- 8.1. Aos interessados, cuja documentação tenham satisfeito às condições deste Edital, será fornecido, pelo Departamento de Licitações, o competente CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, o qual terá validade de até 01 (um) ano contado da data de sua expedição.

9. INFORMAÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1 Para informações e entrega dos documentos, os interessados deverão dirigir-se a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

RUA SÃO PAULO, 191 - CENTRO

CEP: 86.618-000

PRADO FERREIRA – PR

e-mail: compras-pmpf@hotmail.com

Prado Ferreira, 13 de dezembro de 2019.

SILVIO ANTONIO DAMACENO

Prefeito Municipal

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES

1 – CADASTRO DA EMPRESA:

Nome/Razão Social: _____

Nome Fantasia:

Tipo Pessoa: () Física () Jurídica

CPF/CNPJ:

R.G.: _____ Órgão Expedidor: _____ UF: _____

INSC. ESTADUAL:

Endereço: _____

Complemento: _____

Bairro:

Cidade: _____ UF: _____

CEP:

Fone Res: _____ Fone Com: _____ Celular: _____

HOMEPAGE:

E-mail:

2- CADASTRO DE BANCO:

Todo fornecimento de bens, materiais e serviços serão pagos pelo sistema financeiro, utilizando as informações do cadastro abaixo:

Cód. Banco: Nome Banco:

Cód. Agência: _____ Dígito: _____ Nome Agência: _____

Conta Corrente: _____ Dígito: _____

OBS: QUALQUER ALTERAÇÃO NO BANCO, AGÊNCIA E CONTA CORRENTE DEVERÃO SER INFORMADAS VIA PROTOCOLO DEVIDAMENTE ASSINADA PELO RESPONSÁVEL.

3- RAMO DE ATIVIDADE:

Assinale abaixo com X o(s) ramo(s) e o(s) sub-ramo(s) de atividade(s) em que atua:

Obs.: Caso as atividades relacionadas abaixo não compreendam a(s) sua(s) atividade(s), anote, ao final, a descrição da(s) mesma(s).

- ☐ - Material
- ☐ - Serviço
- ☐ - Outros

SUB-RAMOS DE ATIVIDADE:

Material:

- ☐ - Informática
- ☐ - Gêneros Alimentícios
- ☐ - Limpeza
- ☐ - Higiene
- ☐ - Elétrico
- ☐ - Médico/Odonto Hospitalar
- ☐ - Combustível
- ☐ - Lubrificante
- ☐ - Expediente
- ☐ - Construção
- ☐ - Papelaria
- ☐ - Fotográfico
- ☐ - Pintura
- ☐ - Segurança
- ☐ - Móveis
- ☐ - Hidráulico
- ☐ - Ferramentas
- ☐ - Eletrônicos

Serviço:

- ☐ - Assist. Técnica
- ☐ - Borracharia
- ☐ - Mecânica
- ☐ - Chapeação
- ☐ - Engenharia
- ☐ - Frete
- ☐ - Publicidade
- ☐ - Fotográfico
- ☐ - Construção
- ☐ - Médico
- ☐ - Odontológico
- ☐ - _____
- ☐ - _____
- ☐ - _____
- ☐ - _____

☐ - _____

OUTROS:

- ☐ - _____
- ☐ - _____
- ☐ - _____

- ☐ - _____
- ☐ - _____
- ☐ - _____

CARIMBO/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CF.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas legais, e para fins de registro cadastral junto ao Município de Prado Ferreira, que a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____ não possui em seu quadro permanente, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa (razão social) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaro, ainda, que sempre que solicitado pela Administração Pública me comprometo a entregar balanços contábeis, informações sobre contratos e faturamento para fins de fiscalização quanto ao total de faturamento do exercício anterior e enquadramento como ME ou EPP, obrigação que permanecerá vigente ao longo de toda a execução do contrato e eventuais aditivos.

(local e data)

Assinatura
Nome do representante legal

Observações:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela empresa enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da empresa como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.